

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS**

JULIANE PADILHA BASTOS

**A UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO EM SALA DE AULA:
UM OLHAR SOBRE A OFERTA, AS CONTRIBUIÇÕES E OS DESAFIOS PARA
UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.**

**PORTO ALEGRE – RS
2º SEMESTRE
2016**

Juliane Padilha Bastos

**A UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO EM SALA DE AULA:
UM OLHAR SOBRE A OFERTA, AS CONTRIBUIÇÕES E OS DESAFIOS PARA
UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como um dos requisitos à obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Professora Dra. Mariângela
Silveira Bairros

PORTO ALEGRE

2º SEMESTRE

2016

**A UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO EM SALA DE AULA:
UM OLHAR SOBRE A OFERTA, AS CONTRIBUIÇÕES E OS DESAFIOS PARA
UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Dra. Mariângela Silveira Bairros
Orientadora

Professora Dra. Patrícia Marchand

Professora Maria Beatriz Gomes da Silva

Porto Alegre, 09 de dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio e confiança, em especial aos meus pais Julio e Elaine por acreditar no meu potencial e sempre me incentivar ir em frente.

As minhas irmãs Cristiana, Isabela e Natália, pela parceria, pela cumplicidade, por sempre ouvir minhas inquietações e pelas conversas descontraídas, onde sempre havia troca de boas informações.

Ao meu marido Daniel, por toda paciência e apoio em todos os momentos de elaboração deste trabalho.

A minha orientadora Mariângela, por se mostrar sempre disponível e pelas conversas que me acrescentaram importante bagagem para este trabalho e para a vida.

RESUMO

O presente trabalho procura investigar, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a prática do uso do Livro Didático (LD) nas Escolas Públicas de Porto Alegre, a partir de entrevistas aos professores do Ensino Médio. O objetivo das entrevistas era conhecer a frequência do uso do LD nas aulas, conhecer se o conteúdo das obras faz relação à sociedade e ambiente em que o aluno se insere e se o LD está de acordo com a realidade das escolas públicas. A análise nos mostrou que há insatisfações por parte dos professores quanto aos materiais disponibilizados pelo programa, essas insatisfações foram reveladas, principalmente, a partir de sugestões de mudanças no livro didático.

Palavras-chave: PNLD. Livro didático. Frequência de uso do LD.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 POLÍTICAS PÚBLICAS	9
3 HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD.....	11
3.1 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA	12
3.2 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO MÉDIO – PNLDEM.....	13
4 ENSINO MÉDIO NO BRASIL – BREVE HISTÓRICO A PARTIR DA LDBEN DE 1.996 (LEI Nº 9.394/96).....	14
5 METODOLOGIA	16
5.1 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS	17
5.2 MUDANÇAS NECESSÁRIAS AO LD, SEGUNDO OS PROFESSORES.....	21
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
BIBLIOGRAFIA:	27

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo investigar o Programa Nacional do Livro Didático/Ensino Médio - PNLDEM e sua utilização junto às escolas públicas, frente ao grande investimento feito pelo governo federal para sua efetivação, que conta principalmente com a elaboração, impressão, controle de qualidade, transporte e entrega destes materiais.

Interrogamos a frequência da utilização do livro durante as aulas e os conteúdos destes. Foi feita uma relação custo-benefício levando em conta os recursos utilizados para a implementação do Programa, no período de 2013 a 2015 (governo Dilma Rousseff e Tarso Genro). Para a investigação, utilizamos de recursos que contavam com entrevistas aos professores sobre a qualidade das obras, leituras de bibliografias relacionadas às políticas públicas e educação, análises de documentos por meio de consultas a informações disponíveis na Internet, sites do MEC, e do programa PNLDEM, para saber qual o investimento financeiro aplicado ao Programa.

O PNLD é um dos mais antigos programas voltados à distribuição de materiais didáticos aos alunos de escolas públicas, remonta ao ano de 1929, inicialmente como Instituto Nacional do Livro. Mais adiante neste texto apresentamos um resumo sobre o histórico do Programa. Os livros distribuídos tem validade de três anos, são distribuídos em triênios podendo haver reposição de obras faltantes todos os anos, conforme requisição das escolas.

Para que o livro didático (LD) seja um instrumento de apoio e auxilie na educação dos alunos, em minha opinião, é preciso que se leve em consideração algumas especificidades da educação escolar pública, a linguagem precisa ser simples e de fácil entendimento, as atividades propostas precisam ser compatíveis com a realidade das escolas, lembrando que, os livros são distribuídos para escolas públicas, na maioria das vezes, precárias e carentes de materiais do cotidiano escolar como laboratórios de ciências e informática equipados, salas de áudio e vídeo.

De acordo com dados do Censo Escolar/INEP2015, apenas 30% das escolas urbanas do RS contam com laboratório de ciências, 68% tem laboratório de informática e 56% possuem aparelho retroprojetor, o que detecta a situação de a

precariedade do que poderia ser considerado material de apoio às aulas, de forma a tornar mais atrativas e menos “clássicas” (onde o professor é o detentor de todo conhecimento). Em muitas escolas o LD passa a ser o único material de apoio ao professor e aos alunos, o que nos faz pensar ser importante que estes materiais sejam de boa qualidade e que conversem com a realidade das escolas e de seus alunos.

Estas características são limitantes no que diz respeito ao bom uso e aproveitamento do livro didático, sem elas o LD se torna um material de pouco uso e sem sentido para a realidade dos alunos, professores e ambiente escolar do ensino público. Textos distantes da cultura dos alunos, complexos e de difícil compreensão, práticas que não são executáveis em sala de aula, tanto pela falta de recurso quanto pela complexidade do assunto e ainda a falta de identidade social, podem fazer do livro didático e do PNLDEM uma política pública pensada de maneira autoritária e conservadora, que vê o Brasil como uma média, deixando de lado a heterogeneidade do país, sobretudo da educação pública (Bacelar, 2003).

Na primeira parte deste trabalho, uma contextualização sobre políticas públicas educacionais foi abordada de forma sucinta, apresentando um breve histórico do PNLD e PNLDEM e suas atribuições, bem como uma breve contextualização das políticas públicas no Ensino Médio. Na segunda parte apresentamos os resultados das entrevistas feitas aos professores e uma articulação dos resultados com a teoria da nossa pesquisa.

O foco da nossa pesquisa era conhecer o livro didático a partir da visão dos professores, saber se as práticas eram realizadas em aula e com que frequência se utilizava esses livros nas aulas, para confrontar com o investimento dado na política. Saber se o gasto público destinado à política tem sido um recurso bem utilizado, levando em conta a frequência do uso destes materiais e sua qualidade.

Conhecer no que o gasto atribuído à confecção e distribuição dos livros contribui com a educação, é de alguma maneira, um importante argumento na hora de avaliar a política. O objetivo principal deste trabalho foi conhecer como o material distribuído pelo PNLD é aproveitado pelas escolas e professores, em benefício dos alunos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para compreender seus princípios e suas consequências, é preciso buscar o entendimento do que é uma política pública. Não há uma unanimidade entre os teóricos quanto a este conceito, para Mead (1995) é um campo dentro do estudo de política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, para Lynn (1980) é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Podemos compreender, então, uma política pública como um conjunto de ações do Governo que busca melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, bem como analisar e avaliar estas ações. Para Duarte (2004), as políticas públicas são entendidas como o conjunto de ações que o Poder Público realiza, visando o efetivo exercício da igualdade, base de toda ordem social.

As desigualdades educacionais geram diferenças de oportunidades entre classes sociais distintas, podemos afirmar sem medo que, quanto mais pobre menor os níveis de educação numa sociedade, tanto em qualidade, acesso a matrículas e permanência, quanto ao fato de perceber o valor da educação para o crescimento pessoal e social. Para minimizar essas discrepâncias é preciso que o governo elabore políticas públicas que melhore a qualidade de ensino, disponibilize materiais didáticos de qualidade, que permita fazer da escola uma instituição mais atrativa e mais coerente com as sociedades mais pobres.

Minimizar desigualdades sociais e econômicas é desafio para as políticas públicas, melhorar a qualidade do ensino é desafio para as políticas públicas educacionais. O Brasil é um país de grandes desigualdades sociais, segundo dados do IBGE o país se destaca não por ser o país mais pobre do mundo e sim o mais iníquo. Segundo CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, o índice Gini no Brasil em 2013, era de 0,56, este é um cálculo usado para medir os índices de desigualdade de distribuição de renda (quanto mais próximo de 1 mais desigual). Estas desigualdades se refletem na educação dos alunos que frequentam a escola pública, famílias com menores rendas tem menos recursos para complementar à educação escolar, acesso a informações por meio de internet, por exemplo. Dados do IBGE nos mostram que em 2013, o maior percentual de pessoas com acesso a internet (89,9%) foi observado na classe de mais de 10 salários mínimos, enquanto o menor (23,9%), na classe sem rendimento a ¼ do salário mínimo. Isto nos faz pensar que, quanto mais pobre uma sociedade, mais

dependente de programas como o PNLD, fazendo do livro didático a única fonte de informação científica dentro e fora da escola.

Para Lajolo (2008) o livro didático pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares, além de ser, para muitos alunos e famílias, o princípio da prática de leitura, instigando a curiosidade para os conteúdos do LD. Para isso é preciso que se utilize o livro com certa frequência, que ele esteja atrelado à rotina dos alunos, e que estes materiais tenham boa qualidade e façam sentido em diferentes realidades sociais.

O PNLD procura melhorar a qualidade de ensino, sobretudo o PNLD/EM nos anos finais da educação básica. O PNLD/EM é uma política recente, que entrou em vigor no governo Lula, no ano de 2003. Esta política tem por objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos do Ensino Médio.

A análise e avaliação de uma PP são tão importantes quanto sua elaboração e implementação, é preciso saber onde os processos estão atingindo resultados e onde há necessidade de se refazer, reestruturar, porém, analisar e avaliar uma PP são etapas que ainda não temos conhecimento de realização, no Brasil, de realização, tampouco profissionais específicos para estas análises e avaliações.

Professores e alunos do ensino médio serão os beneficiados do PNLD/EM, portanto há que se reconhecer que os professores são atores diretos e fundamentais para a análise crítica da política pública em questão, sendo através deles, principalmente, a percepção se esta PP vem tendo seu propósito alcançado, e a sugestão de mudanças e/ou a continuidade da política. Nossos professores precisam saber a importância que têm em relação ao PNLD e outros Programas como este, se fazendo críticos de suas propostas, mostrando onde esta política tem alcançado seus objetivos e onde tem falhado.

O ato de não se utilizar determinados recursos disponibilizados por políticas como o PNLD pode servir de termômetro para os programas, a saber, que, provavelmente há alguma falha ou detalhe que não satisfaz aos seus beneficiados. Em contrapartida, as Editoras responsáveis pela elaboração e venda de suas obras, são beneficiadas com montantes de verba pública significativas.

3 HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD

Em 1929 o Estado cria o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão responsável pela legislação sobre o livro didático, bem como a ampliação de sua produção. Em 1938, por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) surgindo assim a primeira Política de legislação, controle de produção e circulação do LD no Brasil. Através do Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45 o Estado consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do LD, restringindo aos professores a escolha do livro que será utilizado pelos alunos. Em 1996, um acordo firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) permite a criação da comissão do livro técnico e do livro didático (COLTED) que tem por objetivo coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático. O acordo assegura ao MEC recursos suficientes para a distribuição gratuita de 51 milhões de livros no período de três anos. Em 1970, por meio da Portaria nº35 de 11/03/70 o MEC implementa o sistema de co-edição com as editoras brasileiras, utilizando recursos do INL. Em 1971 o Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) que assume as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros, até então a cargo da COLTED. Em 1976 pelo Decreto nº77.107, de 7/2/76, o governo assume a compra de parte dos livros para distribuir a parte das escolas e das unidades federadas. A extinção do INL torna a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para a participação das Unidades da Federação. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos de ensino fundamental, boa parte das escolas municipais é excluída do programa. Em 1983 é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que substitui a FENAME, e incorpora o PLIDEF. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos sugere a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, incorporando as demais series do ensino fundamental. Em 1985, com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85 o PLIDEF dá lugar ao Programa Nacional do Livro

Didático (PNLD), que tem como função avaliar, indicar, comprar e distribuir livros didáticos para as escolas públicas (BRASIL 2016).

3.1 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

O PNLD possui várias ações, publicadas em edital, pelo FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação, que culminam na avaliação, escolha e distribuição das obras as escolas de educação básica no Brasil, explicitadas a seguir.

Primeiramente as escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal interessadas em receber os materiais didáticos devem assinar o termo de adesão, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação. O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez. Os beneficiários que não desejarem mais receber os livros didáticos precisam solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do(s) programa(s) (BRASIL, 2016).

Os editais que estabelecem as regras para a inscrição do livro didático são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal do FNDE na internet, neles são determinados os prazos e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais (BRASIL, 2016).

Em seguida, para constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos (BRASIL, 2016).

O FNDE disponibiliza o guia de livros didáticos em seu portal na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. O guia orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas, com base no guia de livros didáticos, diretores e professores analisam e escolhem, por meio de aplicativo específico on-line, as obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola

(BRASIL, 2016). Percebemos que escolas e professores só fazem parte dos processos de escolha das obras, previamente selecionadas (BRASIL 2016)

A partir de dados compilados referentes aos pedidos, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que a escolha dos livros é efetivada pelas escolas e que as editoras é que detêm o direito de produção de cada livro. Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras. Assim, inicia-se o processo de produção, que tem supervisão dos técnicos do FNDE (BRASIL 2016)

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha também o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados (BRASIL 2016)

A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação (BRASIL 2016).

Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros (BRASIL 2016)

3.2 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO MÉDIO – PNLDEM

O PNLDEM foi instituído pelo Ministério da Educação, por meio da resolução nº 38 de 15 de outubro de 2003, onde se lê:

Art. 1º - Prover as escolas do ensino médio das redes estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos,

abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM.

Inicialmente o programa atendeu 1,3 milhões de alunos da primeira série do ensino médio, das regiões Norte e Nordeste, que receberam, até o início de 2005, 2,7 milhões de livros de Português e Matemática (BRASIL 2016)

A resolução nº 38 do FNDE define o atendimento de forma progressiva aos alunos das três séries do ensino médio, de todo país (BRASIL 2016)

Em 2006 o programa universalizou a distribuição de livros didáticos de português e matemática para o ensino médio de todo país, com exceção das escolas de Minas Gerais e do Paraná que desenvolveram programas próprios.

Ainda em 2006, foram distribuídos mais de 26 mil conjuntos de livros para professores e alunos de língua espanhola. O PNLDEM de 2006 totalizou um orçamento de R\$ 143,8 milhões para a compra de 12,5 milhões de livros, distribuídos para 7,1 milhões de alunos (BRASIL. Relatório de Gestão 2008, p. 244).

Em 2007 foram distribuídos, pela primeira vez, livros de Biologia aos professores e alunos do Ensino Médio das escolas públicas, exceto aos estados de Minas Gerais. Também foram repostos os livros de português e matemática, sendo beneficiados pelo PNLDEM 6,9 milhões de alunos de 15,2 mil escolas (BRASIL 2016)

Em 2008 foram distribuídos 7,2 milhões de livros de História e igual quantidade de Química. Também em 2008 houve, pela primeira vez, a escolha de livros de Geografia e Física e pela segunda vez a escolha dos livros de Matemática, Português e Biologia. (BRASIL 2016)

Nos anos seguintes houve reposição de obras nos três anos de ensino de todos os componentes curriculares: português, matemática, biologia, história, química, física e geografia e alternância da distribuição em ciclos trienais para cada seguimento da educação básica.

4 ENSINO MÉDIO NO BRASIL – BREVE HISTÓRICO A PARTIR DA LDBEN DE 1.996 (LEI Nº 9.394/96)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) nº 9394/96, define que a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio constituem a Educação Básica, portanto só se conclui a Educação Básica ao final do Ensino Médio. É nesta etapa da educação que consolidamos conhecimentos para formar cidadãos plenos para continuar seus estudos, e/ou se inserir no mercado de trabalho. GARCIA (2013).

A ampliação da obrigatoriedade da faixa etária dos 4 aos 17 anos, aprovada pelo governo Lula, por meio da Emenda Constitucional n. 59/2009, nos prevê que houve uma conscientização política e social, ainda que tardia, da desigualdade educacional que havia, e ainda há, no Brasil. GARCIA (2013).

Na década de 90, houve um crescimento no número de matrículas no Ensino Médio, tal crescimento se relaciona com a universalização do Ensino Fundamental, não tendo relação direta com políticas públicas específicas para melhorar a qualidade, o acesso e a permanência nesta etapa de ensino. Neste período não havia políticas públicas que visasse à melhoria da qualidade desta etapa de ensino. GARCIA (2013)

Como citado anteriormente, durante bom tempo o Ensino Médio carecia de políticas públicas para a melhoria de sua qualidade, em contrapartida, o Ensino Fundamental crescia, tanto em número de estudantes quanto em políticas públicas, contava com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que se tratava de um fundo instituído em cada Estado da Federação e no Distrito Federal, cujos recursos deveriam ser aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério. GARCIA (2013).

Com a aplicação do FUNDEF, implantado em janeiro de 1998, houve uma melhor redistribuição de recursos financeiros educacionais, levando em conta o número de alunos matriculados e avanços foram significativos, tanto em acesso e permanência, quanto em desempenho dos estudantes do Ensino Fundamental, já o ensino Médio estava desprovido de financiamento próprio (GARCIA 2013).

Em 2006, FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, que passou a atender toda Educação Básica. Para Zibas (2005) a criação do FUNDEB significou a

criação de uma fonte estável de recursos para a escola média, que tem, historicamente, sobrevivido apenas à sombra do financiamento do ensino fundamental, que pode significar uma ampliação de matrícula e melhor qualidade. GARCIA (2013).

A partir de 2007 foram ampliados, para a etapa do Ensino Médio, os programas que, até então, só atendiam ao Ensino Fundamental, dentre eles o PNLDEM.

5 METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido ao longo do TCC procurou conhecer o livro didático a partir da visão dos professores, saber se as práticas realizadas em aula utilizavam o LD e a frequência com que eram utilizados os livros.

A metodologia escolhida como caminhada para a realização deste TCC optou pelo processo de escutar os professores, e esta escuta foi recolhida através de questionários, que permitiram ouvir sobre a relação docente com o livro didático.

O TCC foi realizado a partir de uma pesquisa com entrevistas de professores de escolas da rede pública de Porto Alegre. Em um primeiro momento realizamos a escolha das escolas de forma aleatória, foram realizados os primeiros contatos, as escolas onde aconteceram as entrevistas foram aquelas que aceitaram responder nossos questionamentos.

A pesquisa realizada teve um cunho exploratório com a finalidade de comprovar o objetivo da proposta de análise do uso do LD em sala de aula.

Através de entrevistas agendadas com as escolas foram entregues questionários com o objetivo de coleta de dados sobre o uso do livro didático em sala de aula.

Nosso objetivo com os questionários era o de saber se os professores utilizavam os livros nas suas aulas e com que frequência, se as obras traziam conteúdos relacionados à realidade escolar dos alunos, e que os professores externassem sugestões para melhorar as obras didáticas. Foram entrevistados dezoito professores, de disciplinas variadas, de cinco escolas estaduais de bairros da periferia de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

O questionário trazia seis questões, destas, duas não obtiveram número significativo de respondentes, impossibilitando que fossem utilizadas para este trabalho.

O difícil acesso aos professores e escolas dificultou um pouco nossa pesquisa, tanto em número de professores respondentes quanto em tempo para iniciar as análises, voltamos algumas vezes às escolas para ter um número mínimo significativo de questionários respondidos.

As questões abordadas foram as seguintes:

- a) Qual a frequência do uso do LD em sala de aula?
- b) O livro trata de questões específicas da nossa Região? Por exemplo, vegetação, cultura, sociedade, história.
- c) As atividades propostas são executáveis em sala de aula?
- d) Quais mudanças proporia para o LD?

5.1 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

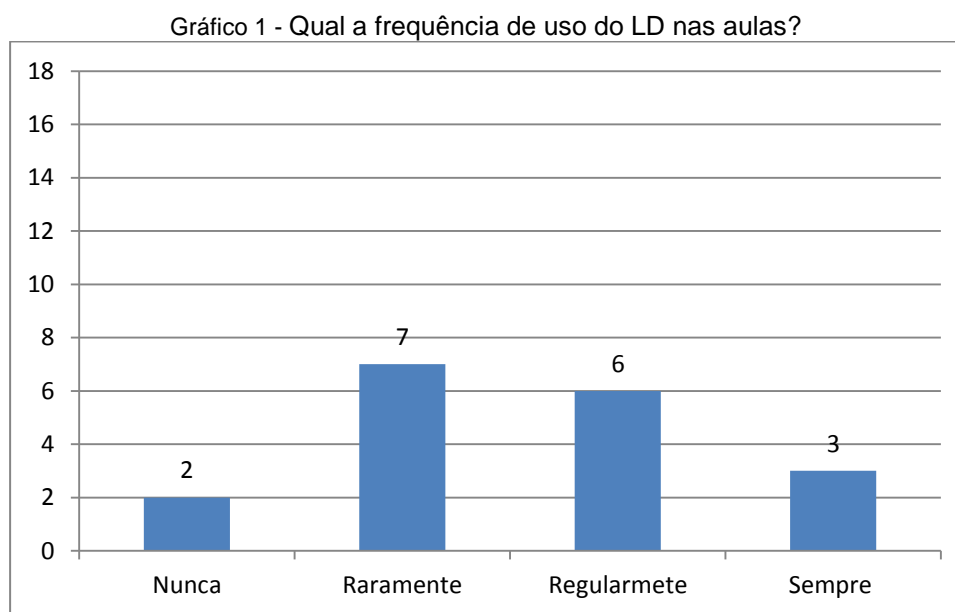
Nos questionários aplicados, os professores que responderam não fazer uso do livro didático nas aulas, ou aqueles que usavam pouco não justificaram os motivos do pouco ou falta de uso, o que impossibilitou fazer uma análise desses componentes. Porém na questão que pedia que sugerissem mudanças para o LD, apenas três não responderam, sendo assim, conseguimos avaliar essas sugestões como possíveis motivos para àqueles que encontram pouca ou nenhuma utilidade no LD.

Àqueles professores que responderam usar sempre o LD nas aulas também sugeriram algumas mudanças e/ou melhoramentos no LD, o que nos faz refletir sobre os motivos que os levam a fazer uso destes materiais, mesmo não satisfazendo suas necessidades.

Devido à falta de tempo disponível dos professores nas escolas, os questionários ficavam de posse de um responsável que se disponibilizava em repassar aos docentes e eram recolhidos em outro momento. Vale ressaltar aqui, apenas para ciência do procedimento, que o retorno de questionários respondidos

era sempre inferior aos questionários disponibilizados, as escolas alegavam a falta de interesse dos professores em responder, a falta de tempo e até mesmo o esquecimento de retornar os questionários respondidos..

Abaixo os quadros explicitando as respostas dos professores:



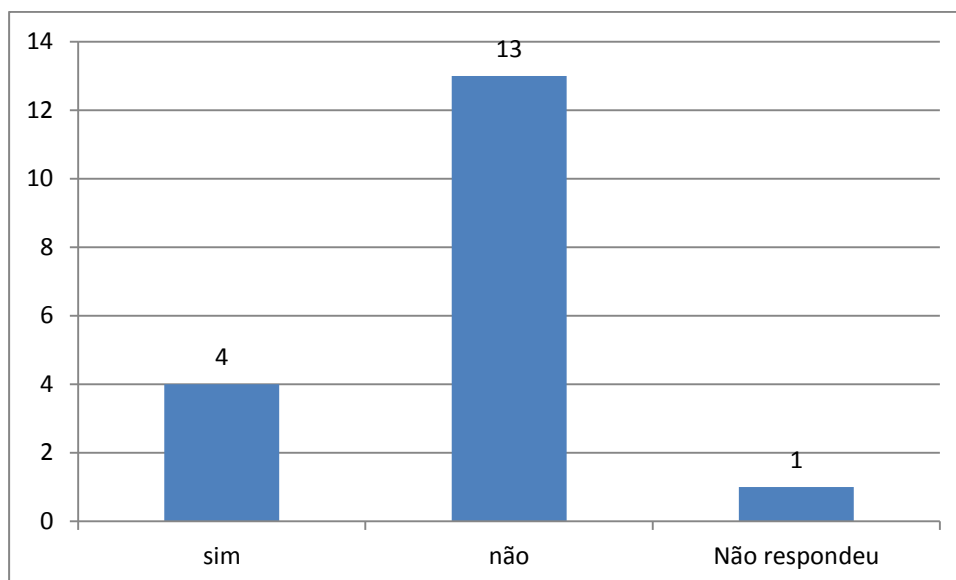
Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos nas entrevistas

O objetivo desta questão era conhecer a frequência com que se usava o LD nas aulas, e descartar ou não a ociosidade dos materiais entregues pelo programa.

No gráfico 1, vemos a representatividade da frequência do uso do LD nas salas de aula, note que dois professores afirmam que não utilizam em momento nenhum. Sete professores utilizam raramente três professores responderam que sempre utilizam e seis utilizam regularmente. Nesta primeira questão conseguimos avaliar a utilidade, porém não conseguimos fazer uma análise da qualidade das obras e tampouco dos motivos que levam a rejeição do LD por alguns professores.

Apenas um professor, justificou o motivo de usar raramente o LD, segundo ele, o livro contém muitas informações (poluído), poucos exercícios e com nível de conhecimento elevado, em relação ao conhecimento dos alunos.

Gráfico 2 - No conteúdo do LD existe questões específicas sobre nossa Região



Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos nas entrevistas.

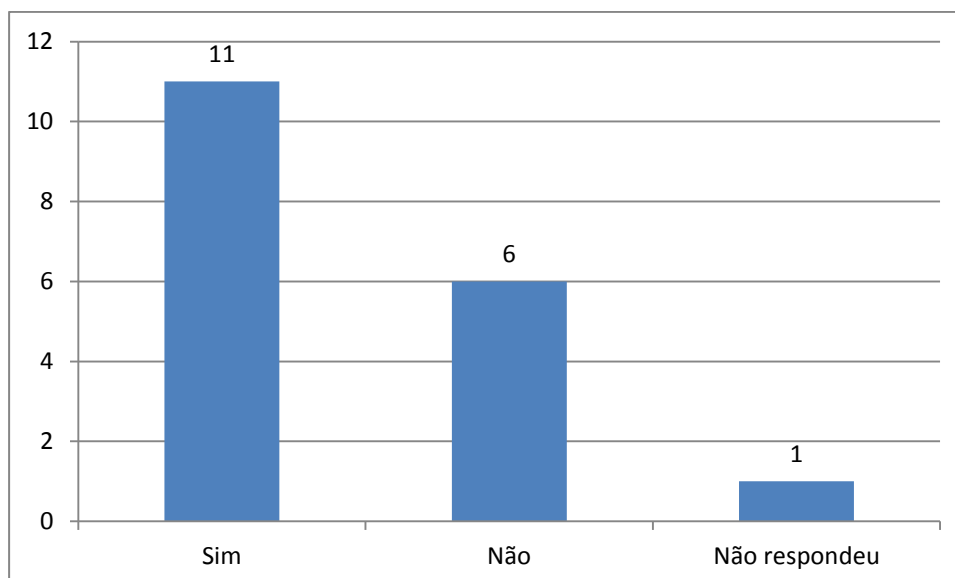
O objetivo principal desta questão era saber se as obras traziam conteúdos relacionados com a sociedade em que o aluno se insere, tanto em termos socioculturais quanto de meio ambiente. Região aqui está relacionada a termos geográficos, Região Sul.

No gráfico 2, iniciamos a reflexão sobre a qualidade do LD, no que diz respeito ao nível de proximidade dos conteúdos com o ambiente em que o aluno se insere, e o quão específico ele pode ser, para aproximar o aluno dos conteúdos, trazendo informações concernentes a sua realidade. Note que, a grande maioria dos professores diz que não há essa especificidade nos LD.

O LD é distribuído nacionalmente, o que nos faz inferir que, dificilmente teremos conteúdos específicos sobre determinada região. Para trazer às aulas esses assuntos mais específicos, o professor provavelmente terá que buscar outros recursos, outros materiais de pesquisa para elaboração e execução de suas aulas.

Alguns professores complementaram suas respostas dizendo que: *os conteúdos são superficiais, que esta é uma das deficiências do LD* e que por não trazer conteúdos sobre nossa região o LD torna-se *distante da realidade do aluno*.

Gráfico 3 - As atividades propostas pelo LD são executáveis em sala de aula



Fonte: Elaborado a partir de dados obtidos nas entrevistas.

Nesta questão o objetivo principal era de saber se as atividades que o livro propunha eram concebíveis em sala de aula e se a escola dispunha de materiais para executá-las, em suma, se o livro estava adequado à realidade das escolas públicas.

Na questão do gráfico 3, a grande maioria que respondeu positivamente argumenta que as atividades são em forma de perguntas, por isso não encontram problemas em resolvê-las em aulas. Acho importante ressaltar aqui que, a grande maioria dos professores não respondeu a pergunta que se referia a disciplina que ministravam, desta maneira, não conseguimos fazer uma divisão entre conteúdos mais teóricos (história, português, língua estrangeira) daqueles que possibilitam uma gama maior de atividades com experimentos e práticas mais ilustrativas, o que pode ter grande relevância na hora de responder esta questão.

Ou podemos deduzir que existem livros que são mais adequados a determinadas escolas, sendo assim, de suma importância o cuidado que há que se ter na escolha do LD pela escola. Os professores precisam ser criteriosos ao fazer a análise e escolha do LD, levar em consideração as condições de infraestrutura das escolas e a sociedade em que ela está inserida. Segundo o Guia PNLD 2015, as coleções e livros diferem entre si, quer na forma com que organizam suas propostas didáticas quer no tratamento teórico-conceitual e metodológico, propiciando dinâmicas de trabalho às vezes bastante diferenciadas. Então, vemos a importância

e relevância que o professor tem na execução do programa, principalmente na hora de escolher as obras, e a consciência do programa da diversidade de suas obras.

5.2 MUDANÇAS NECESSÁRIAS AO LD, SEGUNDO OS PROFESSORES.

O objetivo desta questão era recolher, as sugestões de mudanças, adaptações e insatisfações dos professores com os livros didáticos. .

Quando perguntados se tinham sugestões para mudanças ao livro didático, apenas três professores não responderam. Destes, dois usavam o livro sempre e o outro raramente. Citamos a seguir cada uma das sugestões, segundo os professores entrevistados e agrupamos as sugestões em quatro blocos temáticos, conforme quadro 1.

Professor 1: *Atividades executáveis em sala de aula*

Professor 2: *Exercícios contextualizados*

Professor 3: *Aproximação com o aluno, com uma linguagem que desperte interesse e seja mais objetivo. O livro didático deve ser mais direto e preciso*

Professor 4: *atividades mais fáceis*

Professor 5: *Sua extinção, pois normalmente a relação assunto/série do livro não condiz com o programa da escola, além de terem questões mal formuladas.*

Professor 6: *aplicativo para celular com questões do livro.*

Professor 7: *não distribuição de mais livros pelo governo*

Professor 8: *mais objetivo e fácil de acompanhar, que fosse o que a escola prefere, que fosse o mesmo adotado por boas escolas particulares*

Professor 9: *textos mais aprofundados*

Professor 10: *Material conectado com a informação. Imagens mais contextualizadas e com conteúdo crítico analítico e não meramente informativo*

Professor 11: *atualização*

Professor 12: *atualizados de acordo com nossa realidade/espço físico e com muito mais exercícios e questões de vestibulares*

Professor 13: *acho que os livros de física deveriam conter muito mais texto didático que problemas (exercícios). A leitura é fundamental para ampliar horizontes.*

Professor 14: *Proporia mais atividades, referente a cada capítulo e mais atividades práticas.*

Professor 15: *Que se adeque a realidade do aluno da escola publica. Exercícios em maior número e mais simples. Teoria mais resumida.*

QUADRO 1 – SUGESTÕES DE MUDANÇAS AO LD

Temática	Mais Fácil de usar/ Mais atividades	Em defesa da contextualização do LD	Extinção do LD	Inovações a partir do LD/ Atualização.
PROFESSORES	1, 4, 8, 14	2,3, 9, 10, 12, 13, 15	5, 7	6, 10,11
1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15.	Atividades executáveis em sala de aula.	Exercícios contextualizados	Sua extinção, pois normalmente a relação assunto/série do livro não condiz com o programa da escola, além de terem questões mal formuladas.	Aplicativo para celular com questões do livro.
	Atividades mais fáceis	Aproximação com o aluno, com uma linguagem que desperte interesse e seja mais objetivo. O livro didático deve ser mais direto e preciso.	Não distribuição de mais livros pelo governo.	Material conectado com a informação. Imagens mais contextualizadas e com conteúdo crítico analítico e não meramente informativo.
	Mais objetivo e fácil de acompanhar, que fosse o que a escola prefere, que fosse o mesmo adotado por boas escolas particulares	O livro didático deve ser mais direto e preciso.		Atualização.
	Proporia mais atividades, referente a cada capítulo e mais atividades práticas.	Textos mais aprofundados.		
		Dados atualizados		

		de acordo com nossa realidade/espço físico e com muito mais exercícios e questões de vestibulares.		
		Acho que os livros de física deveriam conter muito mais texto didático que problemas (exercícios). A leitura é fundamental para ampliar horizontes.		
		Que se adeque a realidade do aluno da escola pública. Exercícios em maior número e mais simples. Teoria mais resumida.		

Vimos que os materiais didáticos que são distribuídos pelo programa necessitam de algumas mudanças, segundo os professores abordados neste trabalho, as obras carregam consigo uma quantidade significativa de aspectos que poderiam ser melhorados, que vão desde questões mal formuladas até conteúdo descontextualizado, mas ainda assim, alguns professores os utilizam com frequência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este TCC - Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo analisar, através de entrevistas com professores da Rede Pública Estadual a relação custo-benefício do livro didático no Ensino Médio, considerando o investimento realizado pelo Governo Federal, em contraste com o uso e, decorrente disto, o sucesso da política pública educacional.

O PNLD atende o artigo 208 da Constituição Federal e o montante ano a ano chega a cifra de bilhões de livros didáticos com o objetivo de garantir material escolar gratuito aos estudantes das escolas públicas.

Somando-se os gastos destinados ao programa nos últimos três anos (2013 a 2015), ultrapassa o montante de 73 milhões de reais, apenas no Rio Grande do Sul, segundo dados do FNDE. Em suma, grosso modo, podemos inferir que o PNLD fez um investimento de 73 milhões de reais, apenas no RS, que contribuiu com o crescimento de grandes Editoras brasileiras, fazendo do programa o principal injetor de dinheiro público na rede privada, ou seja, as editoras. São as Editoras as maiores beneficiadas com o programa, em detrimento dos alunos e escolas públicas que, mais uma vez, de acordo com a opinião dos professores aqui entrevistados, recebem livros que não condizem com a realidade de seus usuários e com falhas nos seus conteúdos.

Neste TCC os resultados das entrevistas nos levaram a algumas questões, como: “Porque o professor utiliza o LD que, segundo ele próprio, não contempla suas necessidades e dos alunos”? As escolas dispõem de outros recursos para as aulas que possam substituir o LD?

Com a análise dos dados obtidos neste trabalho, concluímos que o LD traz uma gama de insatisfações por parte dos professores que os utilizam, muitos professores fazem uso do LD regularmente. Estes dados nos levaram a pensar nos motivos que fazem com que ainda assim o LD seja utilizado por grande parte dos professores.

No início deste trabalho trouxemos dados sobre a precariedade de materiais nas escolas públicas que poderiam servir de apoio às aulas como laboratórios de informática e ciências, sala de áudio e vídeo e etc., isso nos traz a reflexão de que o professor não tem outros meios de incrementar suas aulas, que não esteja atrelado ao LD e com isso, mesmo com suas deficiências o LD é usado com frequência.

Questões de extrema relevância que queremos destacar dizem respeito aos valores investidos a partir dos dados de investimento de uma política pública nacional e o uso efetivo, mostrado neste trabalho a partir das entrevistas.

No questionamento que fazemos destacamos a quem é repassado estes valores, pois é dinheiro público repassado ao setor privado, são editoras e gráficas

de circulação nacional por onde circulam esses valores. O setor privado tem grande interesse nesta política.

Parte deste investimento poderia ser destinado a promoção de outras políticas educacionais como: construção de quadras de esportes, salas de cinema, formação continuada de professores, dentre várias outras.

Destacamos anteriormente a importância de se ter um material didático de qualidade, principalmente nas escolas públicas que carecem de alternativas para complementar a educação, e concluímos neste trabalho não ser uma verdade, nas escolas onde aplicamos os questionários, pois o livro didático não tem o peso condizente com o investimento que o governo federal faz. Todos os professores trouxeram insatisfações com os conteúdos do LD na forma de sugestões de mudanças que foram apresentadas. A falta de identidade tornou-se evidente na questão que perguntávamos se o LD trazia questões específicas de nossa região. Ficou claro, pra nós, neste trabalho, que o fato de o professor estar fazendo uso de um material didático com fragilidades, deixa saltar aos olhos as outras deficiências das escolas públicas como a provável falta de capacitação por parte dos professores em elaborar aulas desvinculadas do LD.

A precariedade de infraestrutura das escolas identificadas durante as entrevistas nos mostra que todo o investimento atribuído a execução do programa em questão tem beneficiado diretamente as grandes Editoras como a Atica, Moderna, Scipione, Saraiva, STD, Richmond, entre outras, que vendem suas obras ao governo para distribuir as escolas, e não as escolas e alunos da educação pública, que acabam por receber livros insatisfatórios que não conversam com a realidade dos alunos e não fazem sentido no contexto escolar.

Notamos que uma avaliação dos materiais distribuídos pelo PNLD precisa ser considerada na hora de dar continuidade a programas de nível nacional, como este, e há que se buscar alternativas que adeque as obras às necessidades dos alunos, professores e escolas públicas.

Segundo Netto (2003) pesquisadores acadêmicos vêm se dedicando há pelo menos duas décadas a investigar a qualidade das coleções didáticas, denunciando suas deficiências e apontando soluções para melhoria de sua qualidade. No entanto, suas vozes – via-de-regra – não são ouvidas nem pelas editoras e autores de livros didáticos, nem pelos órgãos gestores das políticas públicas educacionais.

Pensar uma política pública na educação não pode ser simples, levando em conta a dimensão geográfica que o Brasil possui, as diferenças culturais e principalmente as desigualdades sociais que encontramos. Entretanto, se a política visa melhorar a qualidade de ensino, há que se pensar que não basta elaborar uma política de distribuição de material didático, no âmbito nacional como o PNLD, sem pensar o Brasil com suas peculiaridades de desigualdades, para que estes materiais façam sentido nos diferentes âmbitos socioculturais, tampouco botar em prática sem ouvir a voz dos professores e diretores de escolas públicas, visto que, são eles os maiores conhecedores das carências e necessidades das escolas públicas e seus alunos, pelo fato de estarem diariamente nestes espaços escolares.

Outra possibilidade que enxergamos para tornar mais eficiente o PNLD é diminuir os recursos que se destinam a compra de livros didáticos e gradativamente, investir em outros métodos de ensino-aprendizagem como, por exemplo, equipar escolas com laboratórios já elencados anteriormente, mas também pensar em laboratórios de artes, cinema, produção textual com a impressão gráfica de livros que contenham histórias das crianças e adolescentes, isto produziria um estímulo à leitura e escrita dos alunos.

Bons e estimulantes equipamentos construiriam outra forma de ensinar que se aproxime mais da pesquisa e da construção de conhecimento, da reflexão, e não simplesmente folhear um livro que, muitas vezes, não conversa com a realidade do aluno.

Defendemos uma cultura autoral e uma política pública educacional que subsidie a confecção de livros dos alunos, com sua escrita, com suas histórias e vivências, levando em consideração a diversidade e contexto social dos discentes, a partir de orientações de professores, diretores e pesquisas educacionais.

BIBLIOGRAFIA:

AZEVEDO, José Clóvis, and Jonas Tarcísio REIS. "Reestruturação do Ensino Médio: Pressupostos teóricos e desafios da prática." *São Paulo: Moderna* (2013).

BACELAR, Tânia. "As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios." *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE* (2003).

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional do Livro Didático: Histórico. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico> > acesso em 23 de novembro de 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional do Livro Didático: Funcionamento < <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento> > Acesso em: acesso em 23 de novembro de 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional do Livro Didático: Guia do Livro Didático < <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld> > acesso em 23 de novembro de 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional do Livro Didático: dados estatísticos < <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos> > Acesso em: acesso em 23 de novembro de 2016

DOMINGUES, José Juiz, Nirza Seabra Toschi, and João Ferreira de Oliveira. "A reforma do ensino médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública." *Educação & Sociedade* 21.70 (2000): 63-79.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. São Paulo. Perspectivas. 2004, vol.18, PP.113-118.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. "Ensino Médio e Educação Profissional: breve histórico a partir da LDBEN n. 9394/96." AZEVEDO, Jose C. de; REIS, Jonas T. *Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática*. São Paulo: Fundação Santillana (2013).

LAJOLO, Marisa. "Livro didático: um (quase) manual de usuário." *Em aberto* 16.69 (2008).

NETO, Jorge Megid, and Hilário Fracalanza. "O LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS: PROBLEMAS E SOLUÇÕES Science textbooks: problems and solutions." *Ciência & Educação* 9.2 (2003): 147-157.

ZIBAS, Dagmar ML. "Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990." *Educação e Sociedade* 26.92 (2005): 1067-1086.